

O CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL NAS METRÓPOLES NORDESTINAS (1996/2003)

Marconi Gomes da Silva¹

1.0 INTRODUÇÃO

O Nordeste brasileiro caracteriza-se fundamentalmente como uma região semi-árida, cujo litoral é significativamente extenso. Nessa região se constituíram três grandes aglomerados urbanos metropolitanos que possuem em conjunto mais de nove milhões de pessoas. Essa população representa 5,5% da população brasileira e aproximadamente 20% da população do Nordeste. A elevada concentração populacional nas metrópoles nordestinas apresenta vantagens (economias de aglomeração, grande mercado consumidor, vantagens de proximidade, etc.), mas também inúmeras desvantagens (poluição, criminalidade, etc.).

Nos últimos anos a questão do emprego tem se acentuado principalmente nas grandes cidades, devido às elevadas taxas de desemprego fruto de diversos fatores estruturais e conjunturais. Este trabalho não tem por intuito estudar os fatores responsáveis pelo desemprego, mas tão somente analisar a evolução do emprego formal nas metrópoles nordestinas. Partindo-se da concepção de que o aglomerado urbano metropolitano apresenta normalmente um núcleo e uma periferia, se utiliza os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, de forma desagregada - nas duas esferas - visando perceber quais os rumos que o emprego formal assumiu nos últimos oito anos. Nesse sentido, deve-se esclarecer que, o núcleo se constitui da sede ou pólo-central, enquanto a periferia se constitui dos demais municípios integrantes da região metropolitana.

Assim, pretende-se nesse trabalho apresentar e avaliar comparativamente a evolução do emprego formal nos núcleos das metrópoles frente a sua periferia. Busca-se perceber se nos últimos anos o emprego formal das metrópoles nordestinas cresceu mais no núcleo ou na periferia e quais os setores que apresentaram variação positiva ou negativa.

Este trabalho se estrutura assim em quatro partes, além dessa breve introdução. A segunda procura apresentar sucintamente o processo de urbanização no Brasil, fornecendo alguns dados e informações sobre o processo de institucionalização das metrópoles brasileiras, como também caracterizar brevemente as metrópoles nordestinas. Esta caracterização visa ambientar o leitor para uma exposição acerca da evolução do emprego formal nas metrópoles nordestinas que se encontra na terceira parte deste trabalho. Por fim, a quarta parte consta de uma breve conclusão acerca das informações e dos dados apresentados. O período de estudo deste trabalho refere-se aos últimos oito anos (1996-2003) e os dados apresentados constam da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) do Brasil.

¹ Mestre em economia, doutorando em Ciências Sociais. Professor do departamento de economia da UFRN e integrante do Observatório das Metrôpoles. marconi.br@ufrnet.br

2.0 INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS METRÓPOLES NORDESTINAS

2.1 A Urbanização Brasileira e a Metropolização

A tendência à aglomeração da população e do processo de urbanização no Brasil se acentua a partir dos anos 1950. Nessa década existiam no Brasil apenas 03 cidades com mais de 500 mil habitantes e 14 cidades população entre 100 e 500 mil habitantes. Na década de 1980 encontram-se 14 cidades com mais de 500 mil habitantes e 128 com população variando entre 100 e 500 mil habitantes. No espaço de 30 anos o crescimento das cidades médias é de mais de 400%, enquanto o das metrópoles é de mais 900%.

Contemporaneamente, o processo de urbanização brasileiro pode ser dividido em três momentos distintos. O primeiro momento caracteriza-se pelo aumento do número de municípios com mais de 20 mil habitantes, evidentemente em conjunto com o crescimento populacional desses municípios. Esse primeiro momento pode ser denominado de urbanização aglomerada. O segundo momento, de urbanização concentrada, se caracteriza pelo aumento significativo das cidades de tamanho médio e o terceiro momento – da metropolização – caracteriza-se pelo crescimento das cidades com mais de 500 mil e de um milhão de habitantes (SANTOS, 1996).

Nesse contexto de rápido crescimento urbano, fruto principalmente do grande êxodo rural ocorrido nos Brasil nos anos 1950/70, surgem às metrópoles brasileiras. Essas regiões metropolitanas brasileiras (RM) apresentam segundo Santos (1996), duas características básicas: a) se constituem de mais de um município, e, b) são alvos de programas especiais. Os programas especiais são implementados por organismos regionais criados especialmente para gerir tais arenas. Esses organismos, no entanto, vem sendo minados em suas capacidades de planejamento e gestão, devido às novas configurações do conflito entre estado e união. Esse fato tem contribuído para a ampliação das dificuldades de gestão e de investimento público nas metrópoles.

No Nordeste a estrutura fundiária atrasada e concentrada obstaculizou significativamente o processo de urbanização. A intervenção planejada do Estado a partir dos anos 1960 em muito contribuiu para a aceleração da urbanização e metropolização dos grandes municípios nordestinos. Fortaleza, Recife e Salvador muito se beneficiaram com a intervenção estatal. Os diversos projetos incentivados pela SUDENE favoreceram a superação dos diversos obstáculos à aceleração da urbanização fossem derrubados.

A intervenção estatal contribui para a consolidação da metropolização quando aprova e incentiva projetos, principalmente industriais, nas grandes cidades nordestinas. Salvador é um exemplo concreto de como um projeto industrial – o complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) -, instalado na periferia, beneficiou toda a região metropolitana (SOUZA, 2004).

O processo de intervenção do Estado nos anos 1970 definiu o perfil das metrópoles brasileiras nos anos 1980 (MELO, 1995). Com fim da intervenção planejada, com a transferência de competência da união para os estados da criação e gestão das áreas metropolitanas, com a crise da dívida e a conseqüentemente com a guerra fiscal estabelecida nos anos 1990, os problemas das metrópoles se acentuam, principalmente os das Nordestinas que historicamente sempre encontraram dificuldades para competir com o sul-sudeste.

2.2 A Institucionalização das Regiões Metropolitanas

O processo de urbanização brasileiro alcançou um novo patamar nos anos 1970. O significativo crescimento das cidades milionárias (SANTOS, 1996) e o processo de conurbação fomentaram o debate sobre a urbanização e a metropolização no Brasil. Contando com cinco cidades milionárias em 1970, o processo de metropolização foi institucionalizado

em 1973 através da lei complementar de número 14. Essa lei criou as primeiras regiões metropolitanas no Brasil.

A lei complementar de número 20 criou a região metropolitana do Rio de Janeiro. No ano anterior haviam sido instituídas as regiões de: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. As Leis complementares 14 e 20 se constituíam em reflexo de uma emenda constitucional (número 01, do artigo 164 da CF), que estabelecia para a criação das regiões metropolitanas a competência da União. A emenda constitucional apresentava caráter centralizador e autoritário, pois somente a União poderia institucionalizar as áreas metropolitanas. O caráter centralizador e autoritário tornou-se um fato comum aos regimes ditatoriais no Brasil.

A Constituição Federal de 1988 transferiu o poder de institucionalização e gestão das regiões metropolitanas da União para os estados. Essa transferência se insere em um contexto de crise econômica e de reforma do estado que engessa a capacidade dos entes federados de estabelecer e administrar de fato as áreas metropolitanas, antes financiadas com recursos da união.

Em 1988, a Constituição Federal promoveu uma forte descentralização e desconcentração de recursos e encargos. Evidentemente ocorreu proporcionalmente mais transferência de encargos do que de recursos, implicando em crescentes problemas financeiros para os estados e municípios.

Ao abandonar a prerrogativa de criação das regiões metropolitanas, o governo federal se eximiu da função de coordenador das políticas urbanas. Os estados assumem o gerenciamento das áreas metropolitanas que passam a se configurar em áreas problemáticas, no que se refere a sua administração e aos investimentos necessários de serem realizados.

Segundo Abrucio & Soares (2001) são três as conseqüências perversas do modelo consagrado na constituição de 1988 sobre as áreas metropolitanas. A primeira se refere às capacidades estatais dos municípios metropolitanos. A existência de grandes desigualdades entre os municípios e o atual sistema de transferências tributárias favorecem muito mais os pequenos municípios do que os grandes ou as metrópoles. Esse fato provocou a proliferação de micro-municípios nos anos 1990. Entre 1988 e 1997 foram criados 1.318 novos municípios, em sua grande maioria com menos de dez mil habitantes.

A segunda se refere à dificuldade da gestão coordenada dos municípios sobre os problemas urbano-metropolitanos em um contexto de municipalismo autárquico, reforçado pela possibilidade dos municípios praticarem uma guerra fiscal visando atrair mais investimentos.

A terceira conseqüência se refere a pouca participação da união com parceiros, indutores ou coordenadores da ação nas áreas metropolitanas. Não existe uma política urbano-metropolitana por parte da união. Não se nega que o governo federal promove alguns investimentos nas metrópoles, mas eles são realizados de forma fragmentada e sem nenhum planejamento de longo prazo (ABRUCIO & SOARES, 2001).

2.3 As Metrôpoles Nordestinas

As três metrópoles nordestinas se constituem nos principais pólos centralizadores de atividades de produção e consumo de bens e serviços da região. Em 1985 essas metrópoles já concentravam aproximadamente 50% das atividades econômicas do setor secundário e terciário. Ainda que apresentem traços comuns, às metrópoles de Salvador, Recife e Fortaleza trazem no seu desenvolvimento trajetórias relativamente diferentes em suas dinâmicas tanto socioeconômicas, como político-urbanísticas.

Muito embora existam similaridades entre essas metrópoles, algumas diferenças começam a se acentuar nos últimos anos. A intensa guerra fiscal travada pelos estados na

década de noventa provocou rebatimentos significativos nessas metrópoles através da re-localização das empresas. A re-localização em conjunto com outras transformações econômicas, políticas e sociais repercutiram nessas metrópoles, principalmente no mercado de trabalho formal. Já se constitui em constatação, o fato das metrópoles nordestinas se encontrarem em posição menos favorável que as demais metrópoles brasileiras (IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, 2001).

2.3.1 A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)

A região metropolitana de Fortaleza (RMF) surge oficialmente através da lei complementar número 14 de junho de 1973, que criou além da RMF, outras sete regiões metropolitanas (ABRUCIO & SOARES, 2001). Quando criada a RMF era composta por cinco municípios. Atualmente é composta pelos municípios de: Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Aquiraz, Eusébio, Guaiúba e Itaitiga. Desses municípios, apenas Fortaleza e Caucaia apresentam população acima de 200 mil habitantes nos anos 1990 (IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, 2001).

A RMF manteve relativamente a mesma estrutura industrial tradicional nos últimos trinta anos. Mas nos últimos anos a RMF vem apresentando elevado dinamismo econômico, principalmente na indústria, diferenciando-se das demais regiões metropolitanas no Nordeste. Esse dinamismo se acentua no segmento Têxtil, Confecções e de Alimentos e se concretiza devido à articulação existente entre os capitais locais e os extra-locais que buscam se beneficiar dos incentivos fiscais e financeiros concedidos pelo Estado.

A participação relativa da RMF no PIB do estado vem declinando, mas ainda se mantém no patamar de 63,87% (1995). Por não contar com cidades de elevado porte no interior a produção industrial e de serviços tende a se concentrar na RMF. O governo cearense nos últimos anos vem promovendo uma política de atração e descentralização industrial repercutindo no crescimento do emprego industrial de alguns municípios cearense, a exemplo Sobral que entre 1996 e 2003 quase duplica (89,21%) o número de emprego formais em sua indústria.

A concentração populacional na RMF repercute sobre os investimentos públicos pressionando-os por uma elevação dos recursos investidos. Além do mais, se acentua uma série de problemas urbanos, dos quais se destacam a crescente favelização e suas implicações sócias, econômicas e urbanísticas.

No que se refere ao emprego, principalmente o formal, os dados demonstram a predominância do setor terciário com mais de dois terços de participação no Produto Interno Bruto do estado. Essa participação ainda é inferior a das demais metrópoles nordestinas. Um fato de destaque se caracteriza pelo emprego maior da mão-de-obra na indústria em relação a Salvador e Recife (ver tabela A, no anexo).

Observando-se a evolução do município se percebe que, na dimensão demográfica, o núcleo cresceu menos que a RMF, demonstrando que a periferia tem sido o foco de atrações dos migrantes. Na análise do emprego formal se ratifica tal tendência, pois nos últimos anos a periferia tem gerado mais emprego que o núcleo, constituindo-se assim em fator de atração de migrantes (ver tabela 02).

A RMF apresenta as mais elevadas taxas de crescimento urbano do Nordeste. Esse fato evidencia o caráter incompleto e historicamente retardatário do processo de urbanização. Com uma população de mais de 2,7 milhões de habitantes, a RMF se coloca como a terceira maior população metropolitana do Nordeste (MOTTA, 2004).

2.3.2 A Região Metropolitana de Recife (RMR)

A região metropolitana do Recife, também constituída em 1973, pela mesma lei que criou a RMF, foi instituída inicialmente com oito municípios (ABRUCIO & SOARES, 2001). Atualmente a RMR conta com treze municípios, perfazendo uma população de mais de três milhões de habitantes.

Embora a RMR ainda se constitua na segunda maior base industrial do Nordeste, vem perdendo posição relativa para os demais estados, principalmente para a Bahia, o Maranhão e o Ceará. No contexto do emprego formal na indústria, a RMR foi a que apresentou maior perda de emprego formal entre as metrópoles nordestinas. Similarmente as demais metrópoles, a RMR concentra população, atividades indústrias e terciária implicando em pressões e reivindicações urbanísticas em prol da resolução dos graves problemas metropolitanos.

Atualmente a RMR se destaca como pólo produtor de: bebidas, eletroeletrônico, cerâmica, química e têxtil. O setor de serviços cresce significativamente, sendo responsável por mais de três quartos do emprego formal na RMR, e no núcleo se destaca o segmento médico que se consolida como segundo pólo médico no Brasil, ficando atrás somente de São Paulo.

A RMR conta com uma população de mais de 3,5 milhões de habitantes. Com sérios problemas sociais, como por exemplo, o elevado percentual de domicílios localizados em favelas. A RMR apresenta o maior percentual entre as regiões metropolitanas (26.4%). Historicamente o núcleo do RMR é uma das cidades mais antigas do País, e a região metropolitana possui a configuração mais densa e consolidada do Nordeste (MOTTA, 2004)

O Pernambuco conta com varias cidades de porte médio no interior (Caruaru, Garanhuns, etc.) que se encontram sobre a influencia da RMR. Esta metrópole histórica mantém também relações de influencia com grande parte do Nordeste, principalmente com algumas cidades de porte médio no interior (caso de Campina Grande – PB), que em um passado recente foram entrepostos comerciais do Recife.

A análise do emprego formal nos últimos anos confirma a idéia de que na aglomeração urbana metropolitana do Recife, o núcleo vem perdendo sistematicamente empregos formais para a periferia, nos principais segmentos produtivos (ver parte 03).

2.3.3 A Região Metropolitana de Salvador (RMS)

No momento de sua institucionalização (1973) a Região Metropolitana de Salvador (RMS) se constituiu de oito municípios. Atualmente conta com doze municípios, sendo responsável por mais de 80% da indústria de transformação da Bahia. A RMS apresenta alguns elementos atípicos em relação às demais regiões metropolitanas brasileiras. Segundo Souza (2004, p. 71) cinco fatores contribuíram para que a RMS se mostrasse atípica.

Primeiro, a RMS foi constituída bem antes da institucionalização federal das RMs, o que também ocorreu com São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. Segundo, a entidade metropolitana com jurisdição sobre a RMS não se limitou às atividades de planejamento, mas, ao contrário, sempre exerceu papel ativo na execução de obras físicas e de infra-estrutura no espaço metropolitano. Terceiro, a RMS tinha sete dos seus oito municípios considerados com áreas de segurança nacional, o que significa que seus prefeitos eram nomeados, e não eleitos pelo voto popular. Quarto, a RMS registra um grau de desequilíbrio econômico e espacial muito maior do que as demais RMs do país. Quinto, a entidade metropolitana não só sobreviveu como teve seu poder e espaço de atuação ampliados após a redemocratização, contrariando o padrão das demais RMs, que ou entraram em decadência, ou foram extintas no início dos anos 1990.

A RMS também se caracteriza pelo fato de seu principal centro industrial, o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) não se encontrar no núcleo da metrópole, e por uma intensa atividade no setor de serviços, principalmente de turismo.

O COPEC se constitui em um dos principais fatores de estímulo ao crescimento econômico da RMS. O Centro Industrial de Aratu (CIA) localizado também na periferia da RMS contribui significativamente para a atração e concentração de indústrias na região. O COPEC e a CIA são os principais fatores de aceleração do crescimento da região metropolitana de Salvador (SOUZA, 2004).

Na RMS se formou pela extrapolação de funções econômicas da periferia e ao do núcleo. O núcleo assume cada vez mais a função de fornecedor de serviços para todas as metrópoles. Afinal as atividades industriais se encontram na periferia e não contam com a infra-estrutura e os serviços especializados necessários a essas atividades. Dessa forma o núcleo (Salvador) vem assumindo cada dia mais essa função.

3.0 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NAS METRÓPOLES NORDESTINAS (1996/2003)

3.1 O Desempenho do Emprego Formal nas Metrôpoles

Nos últimos oito anos o emprego formal nas metrópoles nordestinas não apresentou taxas de crescimento significativas. O incremento total no emprego formal foi positivo, tanto para Fortaleza (12,74%), quanto para Recife (5,73%) e Salvador (8,37%). Evidentemente a média anual fica muito abaixo do crescimento populacional ocorrido nessas metrópoles, caracterizando a insuficiência do crescimento do emprego formal frente ao crescimento populacional. Entre 1990-1996 Salvador, Recife e Fortaleza apresentaram crescimento populacional de 1,59%, 1,1% e 2,35% anuais, respectivamente. As perdas nos diversos setores da economia nessas metrópoles não são desprezíveis. Segmentos importantes amargaram declínios significativos no emprego formal no período em estudo.

Fortaleza constitui-se na única metrópole nordestina a apresentar crescimento no emprego formal na indústria (9,88%) no período em estudo. Essa taxa representa um acréscimo de pouco mais de 10 mil empregos em relação ao ano base (1996). As demais metrópoles (Recife e Salvador) apresentaram declínio de 12,66% e 6,86%, respectivamente.

O único setor que apresentou declínio no emprego formal em Fortaleza foi o da construção civil (-14,67%). Dos anos em estudo, somente os de 1997 (9,51%) e 2003 (0,68%) apresentaram crescimento positivo. Mas esse crescimento não impediu a perda de aproximadamente 5 mil empregos formais na metrópole. Os demais setores apresentaram taxas de crescimento no período acima de 10%, sendo o setor de serviços o que apresentou maior crescimento (19,64%).

A metrópole pernambucana apresentou pífio desempenho frente às demais no que se refere ao crescimento do emprego formal. Os setores da indústria e da construção civil apresentaram declínio no emprego formal, com taxas respectivas de -12,66% e - 7,34%. A indústria, no período analisado, somente apresentou taxa positiva de crescimento no ano de 2003, mesmo assim, muito baixa (0,83%). As perdas no emprego formal na indústria (mais de 12 mil) e na construção civil (mais de 3 mil) foram significativas.

Os únicos setores que cresceram com taxas acima de 10% foram o de serviços (13,97%) e o agropecuário (58,52%). Mas deve-se ressaltar que a elevada taxa do setor agropecuário não representa, absolutamente, elevado nível de emprego, pois o setor emprega pouco na metrópole. O ganho se constitui em pouco mais de 3 mil empregos. No Recife, o

setor de comércio reverteu às taxas negativas do período 1997-1999 em taxas positivas nos anos seguintes, alcançando no período um crescimento de 8,47%.

O desempenho da metrópole baiana também não foi dos melhores. Similarmente a Recife amargou declínio no emprego formal na indústria (-6,86%) e na construção civil (-9,50%). Após contínuas quedas (1997-1999) a indústria soteropolitana voltou a contratar em 2000, apresentando nos anos seguintes pequenas variações positivas que reverteram parcialmente às elevadas quedas dos anos anteriores. Também de forma similar as demais metrópoles, o único setor que apresentou crescimento acima de 10% no período se constituiu no setor de serviços (15,51%). Os números acima mencionados podem ser vistos no tabela 01.

TABELA 01

Taxa de Crescimento do Emprego Formal em Fortaleza, Recife e Salvador – 1997/2003

METROPOLES	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2003/1996
FORTALEZA								
Indústria	0,73	-2,72	2,47	3,04	-1,30	5,02	2,47	9,88
Construção Civil	9,51	-5,93	-10,15	-2,58	-4,69	-1,37	0,68	-14,67
Comércio	-1,99	-0,74	1,55	2,99	2,01	6,61	3,19	14,20
Serviços	-0,36	-1,89	1,06	3,75	7,73	3,08	5,12	19,64
Agropecuária	-3,99	-11,20	7,77	4,94	9,93	4,96	0,34	11,62
Total	0,43	-2,42	0,60	2,89	3,12	4,01	3,63	12,74
RECIFE								
Indústria	-7,85	-4,47	-0,86	-0,04	-0,08	-0,65	0,83	-12,66
Construção Civil	2,31	-1,18	-7,91	9,09	-0,90	1,17	-9,00	-7,34
Comércio	-0,61	-3,59	-1,08	4,21	2,11	5,26	2,16	8,47
Serviços	0,52	0,51	0,88	3,17	3,70	3,07	1,41	13,97
Agropecuária	-6,11	0,58	2,41	45,12	5,26	4,51	2,68	58,52
Total	-1,50	-1,54	-0,63	3,80	2,27	2,70	0,63	5,73
SALVADOR								
Indústria	-5,20	-6,00	-1,85	0,88	1,80	2,99	0,68	-6,86
Construção Civil	7,22	0,24	-0,55	6,66	-11,25	-4,66	-6,20	-9,50
Comércio	0,15	-1,95	-0,33	5,15	1,15	3,02	2,20	9,59
Serviços	2,74	0,32	0,49	0,83	3,22	5,00	2,05	15,51
Agropecuária	2,40	9,19	-5,76	-0,19	-2,80	0,31	-1,30	1,21
Total	1,48	-0,95	-0,14	2,32	0,95	3,35	1,13	8,37

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados da RAÍIS/TEM.

3.2 O Emprego Formal no Núcleo e na Periferia das Metrôpoles Nordestinas

Quando se analisa comparativamente e desagregadamente o desempenho de Fortaleza, Recife e Salvador podem-se perceber contextos esclarecedores. Observando-se o desempenho da indústria, vê-se que apenas Fortaleza apresentou crescimento no emprego formal (9,88%). Mas este notável desempenho frente às demais metrópoles se dá devido ao crescimento do emprego formal na indústria na periferia de Fortaleza, que apresentou crescimento de 35,19% contra um declínio de -3,63% do núcleo da metrópole. A Tabela 02 demonstra bem que,

enquanto a periferia apresentou crescimento contínuo entre 1997/2003, o núcleo apresentou significativo decréscimo no período estudado.

Entre a periferia e o núcleo da metrópole cearense existe uma relação de superação da primeira pela segunda, no que se refere à criação do emprego formal na indústria. A periferia que era responsável por 34,81% do emprego formal na metrópole em 1996 amplia sua participação para 42,82%. Nesse ritmo, em uma década a periferia se tornará responsável por mais da metade dos empregos formais na indústria da metrópole. Esse dado revelador necessita de maiores e melhores pesquisas que venham a explicar como se dá esse processo. Se pela realocização industrial, pela dinâmica própria da periferia, pela incapacidade de crescimento do núcleo ou por um outro motivo ou conjunto de motivos.

A situação do emprego formal da indústria na metrópole pernambucana é mais caótica, pois tanto a periferia (-5,95%) quanto o núcleo (-19,18%) apresentaram razoável perda de emprego formal. Semelhantemente e mais gravemente que Fortaleza, a periferia de Recife já é responsável por mais de 53% do emprego formal na indústria. A periferia supera o núcleo em 1998, e mesmo apresentando pequeno declínio nos anos de 2002 e 2003, continua sendo responsável por mais da metade do emprego formal na indústria metropolitana.

TABELA 02

Taxa de Crescimento do Emprego Formal na indústria das metrópoles nordestinas: núcleo e periferia – 1997/2003

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL E NO PERÍODO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA (%)								
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	1996-2003
NUCLEO	-0,56	-5,86	1,98	1,75	-3,16	2,69	-0,24	-3,63
PERIFERIA	3,14	2,95	3,26	5,14	1,63	8,54	6,31	35,19
FORTALEZA (total)	0,73	-2,72	2,47	3,04	-1,30	5,02	2,47	9,88
NUCLEO	-8,71	-8,02	-1,89	-4,74	0,64	0,86	1,45	-19,18
PERIFERIA	-6,95	-0,87	0,11	4,29	-0,68	-1,93	0,28	-5,95
RECIFE (total)	-7,85	-4,47	-0,86	-0,04	-0,08	-0,65	0,83	-12,66
NÚCLEO	-9,23	-0,17	-1,92	0,32	-3,77	-0,41	-1,39	-15,75
PERIFERIA	-0,97	-11,61	-1,76	1,50	7,78	6,26	2,53	2,49
SALVADOR(total)	-5,20	-6,00	-1,85	0,88	1,80	2,99	0,68	-6,86

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados da RAIS-MTE.

Em Salvador, encontra-se um pequeno crescimento no emprego formal na periferia (2,49%) contra um abrupto declínio do emprego no núcleo (-15,75%), conforme nos mostra a tabela 02. A superação do núcleo pela periferia na criação do emprego formal na indústria já faz parte da própria estrutura econômica-produtiva de Salvador, pois os grandes projetos industriais incentivados pelo Estado sempre estiveram localizados à margem do núcleo. É o exemplo do pólo petroquímico de Camaçari. Atualmente (2003) a periferia é responsável por mais de 53% do emprego formal na indústria soteropolitana.

No setor de construção civil somente a periferia do Recife apresentou números positivos (4,6%), as demais esferas sofreram razoáveis declínios do emprego formal, como nos mostra a tabela 03.

TABELA 03

Taxa de Crescimento do Emprego Formal na Construção Civil das metrópoles nordestinas: núcleo e periferia – 1997/2003

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL E NO PERÍODO DO EMPREGO FORMAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL (%)	
--	--

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	1996-2003
NÚCLEO	10,21	-6,47	-9,37	0,29	-4,92	-2,26	0,14	-12,81
PERIFERIA	5,03	-2,31	-15,17	-22,28	-2,71	6,30	4,95	-26,57
FORTALEZA (total)	9,51	-5,93	-10,15	-2,58	-4,69	-1,37	0,68	-14,67
NÚCLEO	-0,98	-2,23	-9,51	6,33	2,47	1,67	-9,53	-12,22
PERIFERIA	10,36	1,12	-4,52	14,64	-7,17	0,13	-7,87	4,60
RECIFE (total)	2,31	-1,18	-7,91	9,09	-0,90	1,17	-9,00	-7,34
NÚCLEO	6,26	4,35	-2,68	7,92	-4,33	-5,34	-8,79	-3,82
PERIFERIA	9,22	-8,04	4,35	3,99	-26,58	-2,67	1,09	-21,28
SALVADOR (total)	7,22	0,24	-0,55	6,66	-11,25	-4,66	-6,20	-9,50

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados da RAIS-MTE.

O comércio se destaca por apresentar taxa contínua de crescimento do emprego formal nos anos em estudo. E a periferia se destaca por apresentar crescimento normalmente muito superior ao núcleo da metrópole. Em todas as três metrópoles estudadas, o crescimento do emprego ficou próximo dos 10% no período. Recife (8,47%) e Salvador (9,59%) um pouco abaixo da taxa de Fortaleza (14,2%). Na metrópole cearense a periferia cresceu 45,15% contra 12,05% do núcleo. No Recife a periferia cresceu 20,97% contra 4,16% do núcleo, enquanto na metrópole baiana encontramos o maior diferencial 36,18% da periferia contra 5,39% do núcleo.

Deve-se destacar que até o ano de 1999 encontram-se taxas negativas em algumas das esferas analisadas, mas a partir de 2000 somente se encontram taxas positivas. Evidentemente algumas próximas de 1%, mas sempre positivas.

TABELA 04

Taxa de Crescimento do Emprego Formal no comércio das metrópoles nordestinas: núcleo e periferia – 1997/2003

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL E NO PERÍODO DO EMPREGO FORMAL NO COMÉRCIO (%)								
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	1996-2003
NÚCLEO	-2,61	-1,54	1,36	2,94	1,88	6,74	2,99	12,05
PERIFERIA	7,01	9,75	3,76	3,57	3,55	5,21	5,57	45,15
FORTALEZA (total)	-1,99	-0,74	1,55	2,99	2,01	6,61	3,19	14,20
NÚCLEO	-1,47	-4,54	-1,75	3,78	1,91	4,76	1,73	4,16
PERIFERIA	1,90	-0,93	0,72	5,34	2,64	6,57	3,24	20,97
RECIFE (total)	-0,61	-3,59	-1,08	4,21	2,11	5,26	2,16	8,47
NÚCLEO	-0,81	-2,18	-1,15	4,43	0,79	2,69	1,67	5,39
PERIFERIA	6,24	-0,59	4,41	9,08	3,09	4,73	4,87	36,18
SALVADOR (total)	0,15	-1,95	-0,33	5,15	1,15	3,02	2,20	9,59

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados da RAIS-MTE.

O setor de serviços apresentou taxas de crescimento positivas nas três metrópoles. Destaca-se o crescimento da periferia superior ao crescimento do núcleo, tanto em Fortaleza como em Recife e em Salvador. A tabela B no anexo demonstra que a periferia vem criando relativamente mais emprego formal do que o núcleo da metrópole. A periferia que relativamente menos criou emprego em relação ao núcleo foi a de Salvador, pois apresentou

uma taxa de 21,8% contra 13,33% do núcleo. Fortaleza se constitui no caso mais exemplar, pois o emprego formal na periferia cresceu 50,15% contra 15,84% no período em estudo.

No setor agropecuário as taxas de crescimento podem até parecerem significativas, mas a importância em números absolutos de empregos para as metrópoles é muito pequena. Das três metrópoles a que apresenta maior crescimento no número de empregos formais no período é o Recife. E isto, graças a sua periferia que cresceu 99,94% no período em estudo, enquanto seu núcleo perdia -2,55% dos empregos formais no período. Mas este número diz pouco, quando em números absolutos o setor que empregava 6.020 pessoas em 1996 na metrópole passou a empregar 9.543, representando um crescimento de 58,52%. Taxa elevada, mas número absoluto muito pequeno, considerando o tamanho da população da grande Recife. A periferia que cresceu quase 100% representou uma ampliação de 3.587 empregos formais em 1996 para 7.172 em 2003. Similarmente ocorre com Salvador, a periferia cresceu 14,28% contra uma queda de -1,89% do núcleo. Esses dados podem ser mais bem vistos na tabela C do anexo.

4.0 BREVES CONCLUSÕES

As metrópoles, e em especial as nordestinas, tornam-se cada vez mais importantes no espaço regional. Nelas estão contidos números cada vez maiores da população, de problemas e de perspectivas para melhoria de vida de seus habitantes. Gerir a área metropolitana é o desafio a ser enfrentado pelos governantes e pela sociedade civil organizada. Graves são os problemas, principalmente do emprego formal, que necessitam serem enfrentados conjuntamente pelos participantes da área metropolitana. Não adianta um administrador querer resolver os problemas específicos de um município da região metropolitana. A solução somente surgirá na junção de esforços.

Os dados demonstram que o emprego formal tem crescido mais na periferia do que no núcleo. Criar sistemas de comunicação e transportes viáveis para região metropolitana se torna fundamental para permitir o contínuo desenvolvimento da região. Afinal, embora o emprego seja gerado em determinado município, muitos trabalhadores podem residir em outras localidades e realizar parte de seu consumo em outros. Essa liberdade possibilitada pela facilidade de acesso, comunicação e transporte pode estimular o conjunto da região metropolitana.

Pesquisas minuciosas devem ser realizadas para se apreender o porquê determinados segmentos tem apresentado declínio no número de emprego formal criado. E assim estabelecer medidas que contribuam para a ampliação do emprego nesses segmentos.

5.0 REFÊRENCIAS

ABRUCIO, F. L. e SOARES, M.M. Redes Federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no grande ABC. São Paulo, CEDEC, KONJAD ADENAUER STIFTUNG, 2001

IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-oeste. Campinas: IPEA, Série Pesquisas. vol. 04; 2001 263p.

MELO, Marcus A. B. C. de. Globalização, Crise do Estado e Metrôpoles no Brasil. IN: GONÇALVES, Maria Flora (org). O Novo Brasil Urbano: impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto 1995

MOTTA, Diana Meireles da. As Metr6poles e os Desafios da Pol3tica Urbana. IN: RIBEIRO, Luiz C3sar de Q. (org.) Metr6poles: entre a coes3o e a fragmenta3o, a coopera3o e o conflito. S3o Paulo: ed. Funda3o Perseu Abramo, Rio de Janeiro: FASE – Federa3o de 6rg3os para Assist4ncia Social e Educacional, 2004

MTB. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Perfil do Estabelecimento. Jan/1997 a fev/2004. FAT

SANTOS, M. A Urbaniza3o Brasileira. S3o Paulo: Hucitec 1996

SOUZA, Celina. Regi3es Metropolitanas: Trajet3ria e influencia das escolhas institucionais. IN: RIBEIRO, Luiz C3sar de Q. (org.) Metr6poles: entre a coes3o e a fragmenta3o, a coopera3o e o conflito. S3o Paulo: ed. Funda3o Perseu Abramo, Rio de Janeiro: FASE – Federa3o de 6rg3os para Assist4ncia Social e Educacional, 2004

ANEXO

TABELA A
Evolu3o do Emprego Formal em Fortaleza, Recife e Salvador – 1996/2003

METROPOLES	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
FORTALEZA								
Ind3stria	102.898	103.649	100.830	103.316	106.454	105.065	110.344	113.065
Constru3o Civil	32.682	35.791	33.667	30.249	29.470	28.087	27.701	27.889
Com3rcio	74.049	72.579	72.044	73.159	75.344	76.860	81.943	84.561
Servi3os	157.981	157.417	154.447	156.077	161.924	174.434	179.803	189.002
Agropecu3ria	5.860	5.626	4.996	5.384	5.650	6.211	6.519	6.541
Total	373.470	375.062	365.984	368.185	378.842	390.657	406.310	421.058
RECIFE								
Ind3stria	97.813	90.139	86.114	85.376	85.343	85.277	84.725	85.427
Constru3o Civil	37.718	38.589	38.132	35.114	38.305	37.962	38.405	34.950
Com3rcio	93.539	92.969	89.632	88.665	92.399	94.348	99.314	101.458
Servi3os	208.697	209.784	210.857	212.711	219.444	227.555	234.550	237.853
Agropecu3ria	6.020	5.652	5.685	5.822	8.449	8.893	9.294	9.543
Total	443.787	437.133	430.420	427.688	443.940	454.035	466.288	469.231
SALVADOR								
Ind3stria	69.508	65.892	61.940	60.796	61.332	62.438	64.307	64.743
Constru3o Civil	47.599	51.037	51.160	50.880	54.270	48.165	45.922	43.077
Com3rcio	97.672	97.821	95.911	95.590	100.510	101.668	104.735	107.035
Servi3os	254.177	261.136	261.981	263.274	265.456	274.003	287.699	293.599
Agropecu3ria	3.463	3.546	3.872	3.649	3.642	3.540	3.551	3.505
Total	472.419	479.432	474.864	474.189	485.210	489.814	506.214	511.959

Fonte: RAIS-MTE

TABELA B

Taxa de Crescimento do Emprego Formal no setor de Servi3os das metr6poles nordestinas: n3cleo e periferia – 1997/2003

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL E NO PERIODO DO EMPREGO FORMAL NOS
SERVI3OS (%)

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	1996-2003
NÚCLEO	-0,35	-3,08	0,64	2,82	6,88	2,49	5,81	15,84
PERIFERIA	-0,39	7,67	4,04	10,25	13,26	6,67	1,02	50,15
FORTALEZA (total)	-0,36	-1,89	1,06	3,75	7,73	3,08	5,12	19,64
NÚCLEO	-0,31	-0,64	1,01	2,70	2,64	2,16	1,92	9,81
PERIFERIA	2,25	2,86	0,62	4,10	5,77	4,80	0,47	22,68
RECIFE (total)	0,52	0,51	0,88	3,17	3,70	3,07	1,41	13,97
NÚCLEO	2,69	-0,61	0,05	0,24	4,23	3,99	2,16	13,33
PERIFERIA	2,89	3,00	1,72	2,45	0,53	7,80	1,76	21,80
SALVADOR (total)	2,74	0,32	0,49	0,83	3,22	5,00	2,05	15,51

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados da RAIS-MTE.

TABELA C

Taxa de Crescimento do Emprego Formal no setor Agropecuário das metrópoles nordestinas: núcleo e periferia – 1997/2003

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL E NO PERIODO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR AGROPECUARIO (%)								
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	1996-2003
NÚCLEO	-3,05	-18,65	10,89	9,17	-0,68	6,19	1,98	2,69
PERIFERIA	-5,81	3,67	2,87	-2,20	29,90	3,18	-2,09	28,92
FORTALEZA (total)	-3,99	-11,20	7,77	4,94	9,93	4,96	0,34	11,62
NÚCLEO	-15,04	-1,84	2,32	-0,82	-1,85	11,63	5,10	-2,55
PERIFERIA	-0,06	1,98	2,46	70,58	7,54	2,42	1,90	99,94
RECIFE (total)	-6,11	0,58	2,41	45,12	5,26	4,51	2,68	58,52
NÚCLEO	0,79	10,32	-8,78	-0,39	-2,90	0,29	-0,29	-1,89
PERIFERIA	9,16	4,81	6,56	0,49	-2,45	0,38	-4,76	14,26
SALVADOR (total)	2,40	9,19	-5,76	-0,19	-2,80	0,31	-1,30	1,21

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados da RAIS-MTE